

Coleção Jacoby Fernandes de Direito Administrativo v. 1

Organização de textos e índice:  
Ana Luiza Jacoby Fernandes e J. U. Jacoby Fernandes

**LEI Nº 14.133/2021**  
**LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
2ª Edição

Melhor índice remissivo alfabético.  
Inclui a Medida Provisória nº  
1.167/2023 e normas infralegais  
federalis que regulamentam o tema.

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Belo Horizonte  
2023

© 2021 da 1ª edição by Editora Fórum: 5000 exemplares  
2023 2ª edição

Coordenação e coaching editorial: Lili Vieira  
Colaboração: Daiana Libia

Capa: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes  
Interferência na capa e produção gráfica: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L171 Jacoby Fernandes, Ana Luiza

Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Ana Luiza Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. (Coleção Jacoby Fernandes de Direito Administrativo, v. 1).

608 p; 12 x 18cm

ISBN da coleção: 978-65-5518-214-9

ISBN: 978-65-5518-532-4

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Contratos administrativos. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Título.

CDD 342

CDU 342.2

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB-6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Ana Luiza; JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 608 p. ISBN 978-65-5518-532-4. (Coleção Jacoby Fernandes de Direito Administrativo, v. 1).

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do editor, em especial das notas e índice de assuntos.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	5
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO .....	13
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL) .....	15
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 - <i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i> .....	18
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - <i>Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-a da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</i> .....	19
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - <i>Lei de Licitações e Contratos administrativos.</i> .....	20
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	20
Capítulo I - Do Âmbito de Aplicação desta Lei.....	20
Capítulo II - Dos Princípios.....	22
Capítulo III - Das Definições.....	22
Capítulo IV - Dos Agentes Públicos .....	29
TÍTULO II - DAS LICITAÇÕES .....	31
Capítulo I - Do Processo Licitatório.....	31
Capítulo II - Da Fase Preparatória.....	36
Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório .....	36
Seção II - Das Modalidades de Licitação .....	44
Seção III - Dos Critérios de Julgamento .....	47
Seção IV - Disposições Setoriais .....	49
Subseção I - Das Compras .....	49
Subseção II - Das Obras e Serviços de Engenharia .....	52
Subseção III - Dos Serviços em Geral.....	54

Subseção IV - Da Locação de Imóveis .....	56
Subseção V - Das Licitações Internacionais .....	56
Capítulo III - Da Divulgação do Edital de Licitação.....	56
Capítulo IV - Da Apresentação de Propostas e Lances.....	58
Capítulo V - Do Julgamento.....	60
Capítulo VI - Da Habilitação.....	61
Capítulo VII - Do Encerramento da Licitação.....	66
Capítulo VIII - Da Contratação Direta .....	67
Seção I - Do Processo de Contratação Direta .....	67
Seção II - Da Inexigibilidade de Licitação .....	67
Seção III - Da Dispensa de Licitação .....	68
Capítulo IX - Das Alienações.....	72
Capítulo X - Dos Instrumentos Auxiliares .....	74
Seção I - Dos Procedimentos Auxiliares .....	74
Seção II - Do Credenciamento .....	74
Seção III - Da Pré-Qualificação .....	75
Seção IV - Do Procedimento de Manifestação de Interesse .....	76
Seção V - Do Sistema de Registro de Preços .....	77
Seção VI - Do Registro Cadastral .....	79
TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	80
Capítulo I - Da Formalização dos Contratos .....	80
Capítulo II - Das Garantias.....	85
Capítulo III - Da Alocação de Riscos .....	87
Capítulo IV - Das Prerrogativas da Administração.....	88
Capítulo V - Da Duração dos Contratos.....	88
Capítulo VI - Da Execução dos Contratos.....	89
Capítulo VII - Da Alteração dos Contratos e dos Preços .....	93
Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos.....	96
Capítulo IX - Do Recebimento do Objeto do Contrato .....	98
Capítulo X - Dos Pagamentos.....	99
Capítulo XI - Da Nulidade dos Contratos .....	101
Capítulo XII - Dos Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias ...	102
TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES.....	102
Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas .....	102

Capítulo II - Das Impugnações, dos Pedidos de esclarecimento e dos Recursos .....	106
Capítulo III - Do Controle das Contratações .....	107
<b>TÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>109</b>
Capítulo I - Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) .....	109
Capítulo II - Das Alterações Legislativas .....	112
“Capítulo II-B - Dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos. 112	
Capítulo III - Disposições Transitórias e Finais .....	114
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021 (PARCIAL) - Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....</b>	<b>117</b>
<b>DECRETO Nº 10.496, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - Institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento. Alterado pelo Decreto nº 10.899, de 16 de dezembro de 2021.....</b>	<b>126</b>
<b>DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.....</b>	<b>129</b>
<b>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.....</b>	<b>131</b>
<b>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>134</b>
<b>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de</b>	

<i>contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</i>	<i>141</i>
<b>DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.....</b>	<b>152</b>
<i>Anexo - Atualização dos valores estabelecidos na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 .....</i>	<i>152</i>
<b>DECRETO Nº 11.430, DE 08 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ....</b>	<b>154</b>
<b>DECRETO Nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o sistema de leilão eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>158</b>
<b>DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>167</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ....</b>	<b>183</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o sistema de dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ....</b>	<b>188</b>

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</b> - Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ....	196
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022</b> - Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa. ....	198
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</b> - Dispõe sobre a Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP Digital.. ....	202
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	208
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	225
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a Elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR Digital.....	230
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre o processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da	

<i>Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do poder executivo federal.....</i>	<i>235</i>
Anexo I - Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação.....	260
Anexo II.....	266
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>269</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>286</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>287</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>296</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 8, DE 23 DE MARÇO DE 2023 - Altera a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o sistema de dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>312</b>
<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....</b>	<b>313</b>

---

<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022 -</b> <i>Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso ii do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</i> .....	321
<b>PORTARIA SGD/MGI Nº 750, DE 20 DE MARÇO DE 2023 -</b> <i>Estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do sistema de administração dos recursos de tecnologia da informação - sisp do poder executivo federal.</i> .....	325
<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS</b> .....	327